

especial OJE

Quinta-feira, 19 de Março de 2009

4

páginas



Textos de Ana Santos Gomes e
fotos de Victor Machado/OJE

Fiscalidade EM DEBATE

FISCALIDADE IMPULSIONA RE

Conformada com o ano negro de 2008, a indústria de seguros e fundos de pensões procura encontrar alento para se reerguer já em 2009 e aproveitar todas as oportunidades que a crise pode deixar em aberto. As alterações legislativas em sede de IRC, IRS e imposto de selo e o impacto da normalização contabilística no sector segurador merecem especial atenção no ano de todas as mudanças.

Por Ana Santos Gomes

A Fiscalidade deverá servir de motor de arranque a algumas empresas que estão a sentir a crise”, assumiu Filomena Salgado Oliveira, sócia fundadora da FSO Consultores, na sessão de abertura da conferência dedicada à Fiscalidade, promovida pela consultora, em parceria com o OJE. “Acredito sinceramente que o pior da crise já passou. É claro que o ano 2009 não será fácil, mas pior que o choque sentido em 2008 não deverá ser”, anteviu Filomena Salgado Oliveira. Acreditando também que a crise traz sempre novas oportunidades a quem estiver disponível para aproveitar o lado bom destas conjunturas, Filomena Salgado Oliveira não tem dúvidas de que “2009 será um ano de mudança, todos sairemos desta crise mais fortalecidos e o futuro será mais sorridente que o presente”.

CÓDIGO DO IRC VAI MANTER BASES

“Seria desejável que o futuro Código do IRC entrasse em vigor logo no início de 2010, mas não sei se será possível”, referiu João Pedro Santos, do Centro de Estudos Fiscais e membro do grupo de trabalho relativo ao impacto fiscal da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). “A entrada em vigor em 2010 seria desejável tanto para a Administração Fiscal, como para os oper-

adores, mas tal dependerá primeiro da entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilística”, explicou. João Pedro Santos apenas garante que o novo código manterá as bases previstas. O responsável do Centro de Estudos Fiscais participou no painel dedicado à adaptação dos normativos fiscais às normas internacionais de contabilidade no sector segurador, que em 2008 foi já obrigado a aplicar o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), onde estão já contempladas todas as IAS/IFRS, à excepção da IFRS 4. O tema foi partilhado com Teresa Casado, membro do mesmo grupo de trabalho, em representação do ISP, e Carlos Westerman, director coordenador da Fidelidade Mundial e Império Bonança.

Em matéria de IRC, Filomena Salgado Oliveira apresentou os incentivos fiscais entretanto lançados pelo Governo para ajudar as empresas a fazer face à crise, entre os quais constam redução ou dispensa de contribuições para a segurança social, incentivos ao investimento e redução da taxa de IRC para as PME's. Já Manuel Faustino, do Banco de Portugal, teceu duras críticas às medidas anticíclicas lançadas pelo Governo em sede de IRS. As alterações mais significativas em matéria de imposto de selo introduzidas com a Lei N.º 64-

A/2008, de 31 de Dezembro, foram enunciadas por António Lima Guerreiro, da Direcção-Geral dos Impostos

SECTOR SEGURADOR RESISTIU BEM À CRISE

“É urgente a adopção de um regime de solvência mais ajustado ao risco”, alegou António Egídio Reis, director-geral do ISP, para quem “o regime actual não é suficientemente sensível a essa necessidade e esse é um ensinamento que tiramos desta crise”, assumiu o responsável do órgão de supervisão do sector segurador e fundos de pensões. António Egídio Reis recordou que a crise afectou as carteiras de investimento das seguradoras em 2008 e que isso obrigou algumas companhias a realizar aumentos de capital. “A indústria seguradora até nem teve perdas com o ‘subprime’ ou as falências internacionais, mas os efeitos indirectos e colaterais afectaram de sobremaneira os sectores dos seguros e fundos de pensões. Ainda assim, o nível global de solvência do sector segurador era de 160% no final de 2008”, revelou António Egídio Reis. “Nos fundos de investimento houve impacto na solvência dos fundos, que se foram aproximando dos níveis mínimos exigidos e os activos sob gestão regis-

taram perdas significativas”, acrescentou o director-geral do ISP.

Fernando Coelho, presidente da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, confirmou este cenário de grandes desvalorizações de activos, que levou a grandes desvalorizações dos activos e resgates em larga escala. “Só nos fundos de investimento mobiliário a redução foi de 8,7 mil milhões de euros, grande parte deles resgatados. Apenas os fundos de investimento imobiliário não caíram”, sublinha.

Ainda assim, Fernando Coelho garante que Janeiro trouxe já os primeiros sinais de recuperação, com 37.315 milhões de euros em subscrições líquidas. “Há que aproveitar as oportunidades que a crise oferece e preparar os investimentos certos nas alturas certas. Por isso cada vez mais a gestão profissional será valorizada.”, alega o presidente da APFIPP, que não hesita em lembrar as elevadas taxas de substituição do último salário pela pensão de reforma. “Não se sabe ao certo qual será essa redução, mas sabe-se que rondará os 40 a 60%, o que é muito. Ao longo dos últimos 16 anos, os fundos de pensões e os planos poupança reforma proporcionaram rentabilidades acima dos depósitos a prazo e da inflação e agora correspon-



“2009 não será fácil, mas pior que o choque sentido em 2008 não deverá ser”

REACÇÃO À CRISE



dem à necessidade absoluta de aumentar a poupança”, referiu Fernando Coelho.

Com os PPR a tornarem-se mais atractivos em tempos de estímulo à poupança, Pedro Seixas Vale, presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), não calou à crítica à actuação do Governo. “Fomos discriminados nas ajudas a outros operadores financeiros, sobretudo nas garantias. Quem deposita num banco tem garantias, quem deposita num PPR não tem. Porquê?”, questiona.

Seixas Vale não hesita em considerar

que os seguros de vida foram, tal como os depósitos a prazo, um refúgio da poupança em 2008. “E hoje temos uma indústria seguradora que factura 15 mil milhões de euros por ano e que gere 50 mil milhões de euros de poupanças dos portugueses. Temos connosco os aforradores nos bons e nos maus momentos e resistimos muito bem à crise”, defendeu o presidente da APS, antes de antecipar que “a desvalorização dos activos não será igual em 2009 e as imparidades também podem ser inferiores às de 2008. O ano 2009 pode ser muito positivo na preparação de mudanças para 2010”.

“A desvalorização dos activos não será igual em 2009”



PAINEL DE ORADORES

FILOMENA SALGADO OLIVEIRA
FSO Consultores



MANUEL FAUSTINO
Banco de Portugal



TERESA CASADO
Instituto de Seguros de Portugal



JOÃO PEDRO SANTOS
Centro de Estudos Fiscais



CARLOS WESTERMAN
Fidelidade Mundial e Império Bonança



ANTÓNIO LIMA GUERREIRO
DGCI



ANTÓNIO EGÍDIO REIS
Instituto de Seguros de Portugal



FERNANDO COELHO
APFIPP



PEDRO SEIXAS VALE
APS



"2009 SERVIRÁ PARA REPENSAR MODELOS DE 'GOVERNANCE'"

Fernando Coelho, presidente da APFIPP, e Pedro Seixas Vale, presidente da APS, acreditam que é tempo de renovar a indústria de seguros e fundos de pensões e de preparar os portugueses para repensar os seus investimentos



OJE – O director-geral do ISP anunciou dificuldades para este sector caso a crise venha a prolongar-se durante muito tempo. Há razões para alarme?

Fernando Coelho – No que diz respeito à crise financeira, já foram adoptadas medidas pelas autoridades reguladoras e supervisoras e provavelmente o sistema financeiro será o primeiro a reagir bem a essas medidas. Esperamos que isso tenha efeito ao nível do mercado de capitais, independentemente de mantermos um nível baixo de taxas de juro. Isto quer dizer que as pessoas vão ter de se habituar a ter produtos de poupança com nível de rentabilidade mais baixos no sector bancário, logo terão de encontrar alternativas.

No que toca à crise económica, ela provavelmente será mais longa e afectará as empresas e os particulares. Mas esta crise deu-nos um conjunto de lições. Uma delas é de que necessitamos de poupar mais e cada vez mais cedo. Outra lição é a de que precisamos diversificar porque senão estamos sujeitos ao risco de concentração em determinados activos. Por outro lado, precisamos de dar informação transparente aos investidores e precisamos que os supervisores entendam os negócios em si e os apoiem quando é necessário.

Pedro Seixas Vale – Antes de mais, este não é um cenário previsível. De qualquer forma o sector segurador tem um modelo de negócio robusto, mas também não está imune. O ano 2008 foi difícil e em 2009 é necessário ver o que se pode fazer melhor e como se pode gerir melhor, mesmo dentro de um modelo de negócio robusto. E devemos começar a aplicar essas medidas já em 2010. Do meu ponto de vista, 2009 servirá

para repensar os modelos de "governance".

OJE – Será difícil contrariar o sentimento de aversão ao risco que os investidores manifestam actualmente?

Pedro Seixas Vale - Não é fácil. Mas temos de ser nós, que temos responsabilidades, a informar as pessoas. Num cenário de crise, a propensão para a poupança tende a aumentar. E como gerimos poupanças teremos a situação mais facilitada do que as instituições que gerem consumo. É claro que essa aversão ao risco está exacerbada por razões óbvias e compreensíveis. Mas daqui a uns meses pode haver razões para as pessoas retomarem os níveis de evolução do seu património, embora não como acontecia antes de Setembro.

OJE – Os fundos mobiliários perderam 8,7 mil milhões de euros em 2008. A recuperação está à vista?

Fernando Coelho - Os fundos de investimento mobiliário já estão a ver melhores dias e também neles há oportunidades. Há fundos a investir em obrigações de empresas que estão extremamente atractivos. E há até fundos balanceados, com algum investimento em áreas de maior risco, que também são encarados como alternativas. Cada um de nós tem um perfil de risco diferente, que depende da idade e das perspectivas de futuro. E aquilo que se verificou nos últimos 16 anos é que os fundos balanceados, com algum risco, superaram não só a inflação, como também os depósitos a prazo. Mas tiveram momentos de volatilidade, com variação do seu valor. Para quem quer capitalizar a longo prazo é preciso assumir algum risco.

COFFEE BREAK

